
INTRODUÇÃO DEL COORDINADOR

José Augusto Seabra

Empreender uma edição crítica, mesmo antológica, de um autor como Fernando Pessoa, que nos legou, através dos seus heterónimos, semi-heterónimos e ortónimos («ele mesmo» plural também), uma obra *in progress*, a proliferar por textos simultaneamente em dispersão e em estruturação contínuas, entre a finitude e a infinitude, é sem dúvida um projecto fascinante, embora vultuoso, que exige, para ser prosseguido, um trabalho interminável, cuja exaustão é o principal obstáculo a enfrentar. Ela é correspondente a energia transmitida da escrita à leitura por um *poiesis* onde comparecem, arquitekstualmente, todos os géneros, discursos e signos em rotação e retorno, que o poeta experimentou até ao paroxismo, num vaivém permanente entre a modernidade e a tradição, rosa cruzada dos ventos e das civilizações que vai do norte ao sul e do oriente ao ocidente, em demanda sempre do universal.

Das formas literárias e estéticas a que deu corpo às filosofias e às ciências (a começar pelas ocultas) que erraticamente ensaiou, dos resíduos ideológicos e políticos em suspensão, que nas utopias poéticas subsumiu, à religiosidade ecuménica de que foi profeta, ele que se quis antes de mais um «criador de mitos», dir-se-ia que Pessoa a nada foi demiurgicamente alheio, neste século explosivo de revoluções e contra-revoluções, de guerras e crises planetárias, senão hoje já cósmicas. Daí o seu eco crescente *urbi et orbi*, que as traduções em quase todas as línguas testemunham, e a sua fortuna fulgurante como paradigma espiritual das jovens gerações.

Produtor proteico, com uma bibliografia impressionante, quer publicada dispersamente em vida quer editada após a sua morte, cada dia se vão dele descobrindo novos textos e facetas imprevistas, que alimentam sem fim as análises dos exegetas. Paradoxalmente, porém, meio século após o seu desaparecimento, e quando já o centenário do seu nascimento se comemorou, não dispomos ainda, a não ser parcialmente, de um *corpus* fiável da sua obra, que vai sendo reproduzida, na maior parte dos casos, sem cuidados de maior, de editor para

editor, reincidindo-se em erros e lacunas recorrentes, em particular desde que caiu no domínio público, a partir de 1 de Janeiro de 1986.

Estando ainda longínqua uma edição da «obra completa» de Pessoa –encargo que foi em princípio cometido a um «grupo de trabalho» oficial– torna-se necessária, desde já, uma edição crítica das suas obras mais representativas, restituindo-as com rigor à sua fidedignidade textual. Eis o escopo que nos propomos atingir, com a presente edição da Coleção Arquivos, a qual se inicia sob o signo da *Mensagem* e dos poemas esotéricos, em homenagem à sua universalidade simbólica.

A primeira questão posta por uma tal edição é a da adequação do modelo e da metodologia da Coleção ao objecto específico que é o texto pessoano.¹ Para além do facto de que se encontra ainda em estado algo caótico, repartindo-se entre o que foi publicado em vida do autor, o que foi impresso em edições póstumas e o que continua inédito no espólio guardado na Biblioteca Nacional ou em colecções particulares, provindo na sua maior parte da célebre arca onde o poeta arrecadava os manuscritos, há que ter em conta que este o concebeu sempre como constituindo «aproximadamente uma biblioteca virtual», como escreveu numa carta a João Gaspar Simões.² Essa virtualidade é infinita, fazendo apelo a uma actualização editorial constante.

Na sua diversidade de registos arquitectuais, a textualidade pessoana abre-se a toda a gama de métodos solicitados pela edição crítica de autores contemporâneos. Dada a sua natureza instável e flutuante, traduzida em estados desiguais de acabamento, ou inacabamento, ela é um teste privilegiado para a crítica genética, oferecendo-se a uma pluralidade de abordagens, quer do ponto de vista de uma «genética dos esboços», quer do ponto de vista de uma «genética das variantes», nas acepções que lhes dá Henri Mitterand.³ As «estratégias e tácticas de composição», para usar ainda expressões deste crítico, são aqui decisivas, impondo-se uma atenção permanente, a todos os níveis das linguagens heteronímicas, à complexidade das opções discursivas e respectivas cenas textuais.

A preocupação obsessiva do poeta, bem patente da infância até à morte, de guardar o mais pequeno rasto da sua escrita, perseguindo-a para lá da própria publicação impressa, é ao mesmo tempo a prova de uma insatisfação criadora e da importância decisiva que, em termos de leitura, atribuía às potencialidades, indeterminações e diferimentos que no espaço do texto pluralmente se jogam:

¹ Cf. *Littérature Latino-Américaine et des Caraïbes du XX^e siècle – Théorie et pratique de l'édition critique*, a cura di Amos Segala, Roma, Bolzoni Editore, 1988, em especial o nosso estudo «Problèmes méthodologiques de l'édition critique de Fernando Pessoa dans la Collection Archives. Le cas de *Mensagem*», pp. 205 e seguintes.

² *Cartas de Fernando Pessoa a João Gaspar Simões*, 2^a edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1982, p. 36.

³ Cf. Henri Mitterand, «Avant-propos» de: Almuth Grésillon e Michaël Werner (eds.), *Leçons d'Écriture. Ce que disent les manuscrits. Textes réunis en Hommage à Louis Hay*, Paris, Lettres modernes/Minard, 1985, p. VI.

Seja eu uma leitura variada
Para mim mesmo!⁴

Pessoa viveu, através do seu trabalho poético, a demanda sem fim de uma obra a perfazer, de que não restariam todavia senão os traços de um percurso interrompido: «Os meus escritos – anotava ele, premonitoriamente, num apontamento em inglês, que remonta a 1910– todos eles ficaram por acabar; sempre se interpunham novos pensamentos, extraordinárias, inexpulsáveis associações de ideias cujo termo era o infinito».⁵ E em 1914, numa carta a Armando Cortes-Rodrigues, da época anterior a *Orpheu*, Pessoa desabafava, a propósito do *Livro do Desassossego*, que o acompanhou durante toda a sua vida literária, sem jamais o concluir: «Mas tudo fragmentos, fragmentos, fragmentos».⁶

Esta natureza fragmentária, que caracteriza a maior parte dos textos poéticos e em prosa de Pessoa, era aliás ressentida, por vezes com acuidade, pelos seus companheiros de geração, como por exemplo Mário de Sá-Carneiro, que numa carta remetida de Paris em 1913 lamentava que ele perdesse energias «escrevendo fragmentos admiráveis de obras admiráveis mas nunca terminadas».⁷ Observação tanto mais significativa quanto provinha do poeta de «Dispersão»...

Fernando Pessoa manter-se-ia, até ao fim, dividido e indeciso entre a solicitação de ordenar e completar a sua obra, de que multiplicou os planos de publicação, e a tendência a não levar estes a cabo: «E, sabendo eu o que são e em que dão os meus planos – comenta ele na célebre carta a Adolfo Casais Monteiro, de 13 de Janeiro de 1935–, é caso para dizer, *Graças a Deus!*».⁸ Se é certo que sobre a génese dos heterónimos Pessoa se alonga nessa carta em confidências, já sobre a sua decisão final quanto a tais planos permanece significativamente avaro de indicações... Dir-se-ia que algo o compele a deixar o conjunto da sua obra indefinido e incerto – «suppondo que em mil haja qualquer coisa tam contornada como um conjuncto», observa o poeta numa carta posterior ao mesmo destinatário.⁹

Esse conflito entre a obsessão do planeamento editorial e a dilação da publicação efectiva dos seus livros é por assim dizer estrutural em Pessoa,

⁴ *Obra Poética*, 8ª ed., Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 1981, p. 410.

⁵ Publicado in *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, Lisboa, Ática, s.d., p. 18.

⁶ *Cartas de Fernando Pessoa a Armando Cortes-Rodrigues*, 3ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1985, p. 40.

⁷ *Cartas a Fernando Pessoa*, Lisboa, Ática, 1958, vol. I, p. 64.

⁸ Carta publicada pela primeira vez por A. Casais Monteiro na revista *presença*, n.º 49, Junho de 1937, com omissão de um parágrafo sobre o ocultismo a pedido do autor (parágrafo esse reproduzido por J.G. Simões in *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, Lisboa, Bertrand, 1951, pp. 232-233). Republicada por Jorge de Sena in *Páginas de Doutrina Estética*, Lisboa, Inquérito, 1946, e reeditada em A. Casais Monteiro, *A Poesia de Fernando Pessoa*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

⁹ *Idem*, p. 244. Aí anunciava entretanto F. Pessoa para Outubro desse ano de 1935, o ano da sua morte, um «livro grande», congregando «a vasta extensão autónoma de Fernando Pessoa», que então deveria ter «feito e impresso», o que não se consumou.

permitindo apreender por isso mesmo as relações entre a sua «genética escrita» e a sua «genética cenográfica», para nos referirmos, com outra terminologia, à distinção acima invocada de Henri Mitterand: é que a primeira, que se confunde com a «genética das variantes», só pode ser compreendida em função da segunda, que diz respeito à «genética dos esboços».¹⁰ Por outras palavras: a sucessão das versões trabalhadas dos textos pessoais é determinada pela própria lógica de construção, desconstrução e reconstrução dos vários planos que lhes servem ao mesmo tempo de modelos e andaimes.¹¹

As metáforas arquitectónicas são aqui tanto mais adequadas quanto Pessoa, num curioso «Plano de Vida» que um dia elaborou, punha como condição para prosseguir o seu trabalho convenientemente e a seu gosto a habitação numa casa com um certo tipo de «divisões» que lhe permitissem a arrumação dos seus papéis «na devida ordem», de modo a substituir a sua «caixa grande» (a famosa e mítica arca?) por «caixas mais pequenas contendo os papéis por ordem de importancia».¹² O que é um facto é que, na falta dessa casa e dessas caixas, os manuscritos do poeta foram por ele metidos em sacos de papel ou envolvidos em embrulhos que foi empilhando na arca, com anotações exteriores, para seu governo, já não se sabendo aliás muito bem, na sequência de manipulações posteriores por familiares, amigos e estudiosos, qual o estado exacto, à morte de Pessoa, dos seus despojos textuais, agora depositados na Biblioteca Nacional de Lisboa e ordenados por envelopes numerados.¹³

Por despacho de 5 de Novembro de 1969 do então Ministro da Educação Nacional foi mandado proceder ao inventário do espólio literário de Fernando Pessoa, que se encontrava na posse dos seus herdeiros, sendo sua fiel depositária a irmã do poeta, D. Henriqueta Madalena Rosa Dias. Dois sucessivos grupos de trabalho depois constituídos, sob a presidência do Prof. Doutor Jacinto do Prado Coelho, procederam a sistematização dos documentos e à elaboração das respectivas fichas, com descrições sumárias, vindo o inventário a ser finalmente publicado no boletim «Bibliotecas e Arquivos de Portugal», volumes III, IV e V, datados de 1973, 1976 e 1977, o primeiro da responsabilidade da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais da Secretaria de Estado da Instrução e Cultura, o segundo e o terceiro sob a égide da Direcção-Geral do Património Cultural, da

¹⁰ *Leçons d'Écriture. Ce que disent les manuscrits, op. cit.*, p. VI.

¹¹ Cf. nesse sentido o nosso *Fernando Pessoa ou o Poetodrama*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973, p. 172.

¹² *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, Lisboa, Ática, s.d., pp. 25-26.

¹³ Tal era aproximativamente a apresentação do espólio, segundo o testemunho de Maria Aliete Galhoz, que teve acesso a arca quando ainda se encontrava em casa da irmã do poeta e que confirma tais manipulações.

Secretaria de Estado da Cultura. Ao todo, segundo a «Nota Prévia» ao inventário, foram elaboradas mais de 25.000 fichas.¹⁴ O número de documentos inventariados existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa é de cerca de 27.543, dos quais 25.426 são originais do poeta.¹⁵

A maior parte das espécies da autoria de Fernando Pessoa ficaram inéditas em vida deste, tendo vindo muitas delas a ser publicadas gradualmente, por vezes sem o necessário rigor crítico e segundo critérios desiguais, que nem sempre respeitaram quer a vontade real quer a presumível do autor, até pela diversidade dos compiladores e editores e pela disparidade das circunstâncias de publicação. Nomeadamente, um certo número de títulos atribuídos a tais colectâneas de textos fragmentos é da responsabilidade dos que os seleccionaram e agregaram, em função de objectivos específicos e com métodos variáveis, o que torna mais delicado e complexo o processo de reconstituição da estrutura e da génese da obra, no seu todo e nas suas partes.

Importa além disso relevar que, para lá dos originais depositados na Biblioteca Nacional de Lisboa, principal fonte do espólio pessoano, constantemente enriquecido de novas espécies, outros existem, pertencentes a colecionadores particulares, que se lhe vão agregando.¹⁶ Sem falar dos que eventualmente se extraviaram e podem ainda de qualquer modo vir a aparecer, aqui e ali.

O cotejo dessas múltiplas fontes disponíveis –manuscritos, dactiloscritos–, seguindo o percurso genético dos textos, e um trabalho imprescindível, não apenas no que se refere a detecção dos erros das sucessivas edições e a determinação das variantes escritas ou impressas mas a reconstituição, do ante-texto ao pós-texto, de um dialogismo heterotextual da escrita-leitura que é sempre o da obra de Pessoa. Poder-se-à nela recensear, tanto no ortónimo como nos heterónimos e semi-heterónimos, toda a gama de situações textuais tipificadas por Giuseppe Tavani para os textos contemporâneos, desde o testemunho único à multiplicidade de testemunhos da mais diversa ordem.¹⁷ Essas situações heterogéneas exigem, caso a caso, soluções adequadas, mas configuram sempre o

¹⁴ *Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, Lisboa, 1973, vol. III, p. 328.

¹⁵ Dos originais escritos por Fernando Pessoa, 18.816 são manuscritos, 3.948 dactiloscritos e 2.662 mistos. Além dos originais, o espólio inclui cópias, fragmentos impressos, cadernos e outros documentos pertencentes ao poeta. Sobre a organização deste espólio na Biblioteca Nacional de Lisboa, cf: «A inventariação do espólio de Fernando Pessoa: tentativa de reconstituição», in *Revista da Biblioteca Nacional, Lisboa*, S. 2, 3 (3), 1988, e «A catalogação do espólio de Fernando Pessoa» por Manuela Vasconcelos, José Nobre de Silveira e Luís Prista, separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S. 2, 7 (1), 1992.

¹⁶ Assinale-se, em especial, como recente aquisição da Biblioteca Nacional, o manuscrito e dactiloscrito de *Mensagem*, que foi por nós pela primeira vez divulgado («Do Original às Primeiras Páginas Impressas de *Mensagem*», in *Nova Renascença*, nºs 30-31, Primavera/Verão de 1988).

¹⁷ *Méthodologie et Pratique de l'Édition Critique des Textes Littéraires Contemporains* (Collection Archives), Cahier n° 6, Nanterre, Janeiro, 1985, p. 85.

texto, como diz aquele autor, «não como um dado mas como um processo, não como uma entidade estável mas como uma variável».¹⁸

É justamente como uma variável textual, aberta a potencialidade de transformações infinitas, que Pessoa concebe a sua obra, em metamorfose constante, de projecto em projecto. Publicar é pois, para ele, de certo modo, renunciar a uma outra possibilidade, perder algo: «*Perco uma cousa –o ser inédito*».¹⁹ Permanecer como *corpus* manuscrito seria assim, afinal, uma forma de preservação da heteronímia: «Encontro às vezes, na confusão vulgar das minhas gavetas literarias, papeis escriptos por mim ha dez annos, ha quinze annos, ha mais annos talvez. E muitos d’elles me parecem de um extranho: desconheço-me nelles».²⁰

O heterónimo Alberto Caeiro, o Mestre, é quem melhor manifesta a indiferença entre ser ou não ser publicado, mesmo admitindo a necessidade de sê-lo, para que também essa possibilidade se cumpra:

Se eu morrer novo,
Sem publicar livro nenhum,
Sem ver a cara que têm os meus versos em letra impressa,
Peço que, se se quiserem ralar por minha causa,
Que não se ralem:
Se assim aconteceu, assim está certo.
Mas mesmo que os meus versos nunca sejam impressos,
Eles lá terão a sua beleza, se forem belos.
Mas eles não podem ser belos e ficar por imprimir.²¹

A atracção pela letra impressa, e até pela actividade tipográfica, cedo se manifestara entretanto em Pessoa. Logo aos 19 anos, pouco depois do seu regresso da África do Sul, ele abandonou o Curso Superior de Letras, por ocasião da greve de estudantes de 1907 contra a ditadura de João Franco, entre outras razões para lançar uma «tipografia editora», a que deu o misterioso nome de «Empresa Ibis» e que tentou pôr a funcionar por alguns meses em Lisboa, em «oficinas a vapor» cujas máquinas foi comprar a Portalegre, com o pecúlio herdado da avó Dionísia, antes de se dedicar a profissão de «correspondente estrangeiro em casas comerciais», que seria a de toda a sua vida. E é patente a predisposição do poeta para se empenhar em projectos editoriais, de que o mais espectacular seria, em 1915, o de *Orpheu*, revista emblemática da geração do Primeiro Modernismo, mas que foi seguido de outros, como o de *Athena*, revista que lançou em 1924 e que é representativa da sua vertente classicizante, sem

¹⁸ *Idem, ibidem.*

¹⁹ *Livro do Desassossego* por Bernardo Soares, Lisboa, 1982, vol. I, p. 9. Sublinhado do autor.

²⁰ *Idem.*

²¹ *Obra poética*, Rio de Janeiro, 1981, pp. 169-170.

falar da sua colaboração sempre disponível em projectos alheios.

Duplamente significativo é, entretanto, que Pessoa tenha feito questão de publicar em 1918 e 1921, sob a chancela de editoras de ocasião cuja sede é grafada em ingles, os «folhetos» de poemas que nessa sua segunda língua escreveu: *35 Sonnets*,²² *Antinous*,²³ *English Poems I-II* e *English Poems III*.²⁴ Primeiro, por revelar a sua vontade inequívoca de ser editado no idioma estrangeiro de adopção; segundo, por ela se ter sobreposto, ou pelo menos anteposto, à de ser editado na língua materna, que no entanto considerou sua «pátria».

Será necessário na verdade esperar pelo penúltimo ano da vida do poeta para este publicar, em 1934, o seu único livro em português, *Mensagem*, e ainda assim em circunstâncias que ele afirma terem sido superiores à sua vontade: «Comecei por esse livro as minhas publicações pela simples razão de que foi o primeiro livro que consegui, não sei porquê, ter organizado e prompto. Como estava prompto, incitaram-me a que o publicasse: accedi».²⁵ Segundo este depoimento de Fernando Pessoa, em carta de 13 de Janeiro de 1935 a Adolfo Casais Monteiro, não terá havido pois previsão nem premeditação nesta estreia. Nem, aparentemente, um especial empenhamento em apresentá-lo ao prémio Antero de Quental do Secretariado de Propaganda Nacional: «O livro estava exactamente nas condições (nacionalismo) de concorrer. Concorri».²⁶ De resto, o poeta insistia ainda na mesma carta: «Quando às vezes pensava na ordem de uma futura publicação de obras minhas, nunca um livro do género da *Mensagem* figurava em número um».²⁷

Pouco importa se isto contradiz outras afirmações de Pessoa, nomeadamente na sua correspondência com João Gaspar Simões.²⁸ A contradição é, aqui como em toda a sua obra, o cerne do mistério em que gostava de envolvê-la o poeta, com a sua lógica muito peculiar. E por isso ele, depois de concordar em que «não foi feliz a estreia» que de si mesmo fez, diz paradoxalmente concordar também «com os factos» em que «foi a melhor estreia» que poderia ter feito.²⁹

Os factos... Pessoa insinua assim que, além de um facto literário, a publicação da *Mensagem* constituiu igualmente um facto patriótico de transcendente importância. Na verdade, segundo o poeta, ela «coincidiu [...] com um dos momentos

²² Lisbon (*sic*), Monteiro & Co., 1918.

²³ *Idem*.

²⁴ Lisbon (*sic*), Olisipo, 1921.

²⁵ Carta a Adolfo Casais Monteiro, in *A Poesia de Fernando Pessoa*, ed. cit., p. 229. (Variante de «accedi»: «acceitei»).

²⁶ *Idem, ibidem*. Sobre as circunstâncias de atribuição deste prémio, na «categoria b», em «condições especiais», cf. nota bibliográfica de José Blanco, *op. cit.*, pp. 225-227.

²⁷ *A Poesia de Fernando Pessoa*, ed. cit., p. 229.

²⁸ Carta de 28 de Julho de 1932, in *Cartas de Fernando Pessoa a João Gaspar Simões*, ed. cit., p. 91.

²⁹ Carta a Adolfo Casais Monteiro de 13 de Janeiro de 1935, in *A Poesia de Fernando Pessoa*, ed. cit., p. 229.

críticos (no sentido original da palavra) da remodelação do subconsciente nacional». ³⁰ Remodelação que não se confundia, para ele, com o «nacionalismo» ideológico e político do «Estado Novo», de que pela mesma época começava a denunciar e a satirizar o vezo tendencialmente totalitário. ³¹ Não, ele, Pessoa, era sim um «nacionalista mystico» e, de igual passo, um «sebastianista racional», como a propósito ainda da *Mensagem* insistia em auto-intitular-se junto de Adolfo Casais Monteiro. ³² A dimensão esotérica e messiânica do livro fica desse modo evidenciada pelo poeta, cuja linguagem assume então conotações gnósticas e maçónicas: «O que fiz por acaso e se completou por conversa fôra exactamente talhado, com Esquadria e Compasso, pelo Grande Architecto». ³³ Dir-se-ia que Pessoa remete a verdadeira autoria da *Mensagem* para esse heterónimo supremo... Não se confessaria ele, numa nota auto-biográfica escrita em 30 de Março de 1935, como «fiel» à «Tradição Secreta do Cristianismo», que «tem íntimas relações com a Tradição Secreta em Israel (a Santa Kabbalah) e com a essência oculta da Maçonaria»? ³⁴ E não publicou Fernando Pessoa, em 4 de Fevereiro de 1935, um artigo corajoso e retumbante no «Diário de Lisboa», criticando um projecto de lei de um deputado do «Estado Novo» que previa a proibição das associações secretas e visava especialmente a Maçonaria? Num texto escrito posteriormente e deixado em manuscrito, em que estabelecia um nexo entre esse artigo e a *Mensagem*, o poeta sublinhou que um leitor «atento» e «instruído no entendimento ou ao menos na intuição das coisas herméticas, não estranharia a defesa da Maçonaria em o autor de um livro tão abundantemente embebido em simbolismo templário e rosicruciano». ³⁵

Esta última nota de Pessoa mostra claramente como a *Mensagem* e a restante poesia esotérica que dispersamente escreveu, e foi por ele ou não publicada, constituem um todo, justificando a sua edição conjunta, a que neste volume da Colecção Arquivos procedemos. A significação e o alcance destes textos transcendia, nas preocupações do autor, a simples intencionalidade literária, o que não deixou de ter consequências na aura de mistério de que sempre fez cercar a

³⁰ *Idem, ibidem.*

³¹ Os poemets satíricos contra Salazar e o Estado Novo são de 1935. Cf. Jorge de Sena, *Fernando Pessoa & Cia Heterónima*, Lisboa, 1981, vol. II, pp. 67-79, e *Fernando Pessoa – O Último Ano*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985.

³² Carta citada de 13 de Janeiro de 1935.

³³ *Idem.*

³⁴ Nota publicada pela primeira vez, com passos omissos, como introdução a edição de *A Memória do Presidente-Rei Sidónio Pais*, Lisboa, ed. Império, 1940. Reproduzida depois, em versão mais completa, mas ainda parcial, por João Gaspar Simões, in *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, ed. cit., vol. II, pp. 361-362. Publicada integralmente em «A Tribuna», Lourenço Marques, 6, 22 de Julho de 1971. Exposta ao público (colecção Fernando Távora) na Exposição Iconográfica e Bibliográfica do I Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos, Porto, 3 a 5 de Abril de 1978.

³⁵ Cit. em *Obras em Prosa*, Rio de Janeiro, 1976, p. 70.

sua forma de manifestação pública, como aconteceu aliás com o livro publicado em Outubro de 1934 e posto à venda «propositadamente» em 1 de Dezembro –dia da Restauração da Independência– exactamente doze meses antes da sua morte. Apesar de, em 1935, seu derradeiro ano de vida, ter ainda multiplicado a sua colaboração em jornais e revistas, Fernando Pessoa acabou, quase *in extremis*, por exprimir, no texto de uma carta a Adolfo Casais Monteiro datada de um mês antes da sua morte, a sua decisão (até aí «incerta», dizia ele) de não mais colaborar em qualquer publicação do país, bem como de não publicar «qualquer livro».³⁶ A razão que alega é a de a censura do «Estado Novo» ter passado de restritiva a positiva, adoptando a «regra soviética do Poder» («tem que se dizer aquilo ou isto»). Sendo sem dúvida uma das mais radicais denúncias jamais feitas do obscurantismo salazarista, este texto, bem como outros documentos da fase final do poeta («sendo assim para quê publicar», interroga-se ele face à censura prévia),³⁷ revela uma retracção até ao fim perante a ideia da edição das suas obras, que parece indicar, para lá do contexto imediato, uma preocupação quanto à forma como ela seria feita.

Essa retracção é visível num dos raros textos de carácter bibliográfico que ele autenticou com a sua publicação em vida e onde se pronuncia sobre a natureza das suas obras ortónimas e heterónimas, afastando aliás expressamente as designações de «anónimas» e «pseudónimas». Veja-se, na verdade, a célebre «Tábua Bibliográfica» inserta no n.º 17 da *presença* de Dezembro de 1928. Aí o poeta, restringindo ao máximo os textos por si dados a estampa que reputa válidos (ele considera-os, de qualquer modo, «do ponto de vista estético», como «apenas aproximativamente existentes»...), afirma peremptoriamente que além desses «não tenciona publicar –pelo menos por um largo enquanto– livro ou folheto algum».³⁸ A explicação que para isso dá –a falta de público e de dinheiro, bem como de jeito para o «conto do vigário»...³⁹– não pode porém deixar de ser tomada como irónica. Tal «tábua» testemunha, entretanto, do escrúpulo de Pessoa quanto ao acabamento sempre adiado das suas obras, que lhe conhecemos.

Esse escrúpulo está também evidenciado na «Nota Biográfica» de 30 de Março de 1935, acima citada, em que o número de «obras que tem publicado», referido pelo poeta, é ainda mais restrito: desaparece da lista o folheto *Antinous*

³⁶ Texto datado de 30 de Outubro de 1935. (Reproduzido *in A Poesia de Fernando Pessoa*, ed. cit., apêndice, p. 250).

³⁷ Cf. *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, ed. cit., p. 83 (manuscrito aí indicado com data provável de 1934).

³⁸ *In presença*, n.º 17, Dezembro de 1928.

³⁹ Fernando Pessoa publicara, em 1926, um texto sobre o conto do vigário, com o título «um grande português», *in Sol*, n.º 1, Lisboa, 30 de Outubro, depois republicado com o título «A Origem do Conto do vigário» *in Notícias Ilustrado*, n.º 62, Lisboa, 18 de Agosto de 1929.

e, sobretudo, *O Interregno* passa a dever ser «considerado como não existente», havendo que «rever tudo isso e talvez que repudiar muito», como Pessoa tem o cuidado de precisar, afastando assim qualquer equívoco quanto a essa «Defesa e Justificação da Ditadura Militar em Portugal», subtítulo de tal folheto que, pela sua ambiguidade, deu lugar a interpretações inadequadas.⁴⁰ Não é manifestada nessa nota –por assim dizer o testamento intelectual e literário do autor, a poucos meses do seu passamento– nenhuma vontade expressa sobre quaisquer edições futuras. Apenas se alude nela ao facto de que a sua obra «está essencialmente dispersa, *por enquanto*, por revistas e publicações ocasionais» (sublinhado nosso), o que pressuporia a admissibilidade de uma sua reunião futura em volume.

Essa reunião não chegou porém a ter lugar em vida do poeta, que aliás mostrou antes, como vimos, a predisposição final contrária. Em vão terá sido pois invocado como critério de edição das suas obras *post mortem* o dos «desejos do escritor», como o fez João Gaspar Simões, que a partir de 1942, em colaboração com Luís de Montalvor, iniciou na editorial Ática a publicação das *Obras Completas* de Fernando Pessoa, abonando-se em critérios ecléticos, e nomeadamente na correspondência de 1932 e 1933 do autor com aquele crítico.⁴¹ À parte *Mensagem*, em que sobre um exemplar já impresso do livro o poeta inscreveu com o seu próprio punho as correcções que constituem a sua última vontade conhecida,⁴² não é legítimo inferir, para outras edições, qual exactamente ela fosse.⁴³

Como determinar, de resto, dada a idiossincrasia do poeta, o que nele seria a «vontade»? Ele mesmo de si fez múltiplas análises, dispersas em notas de auto-gnose, em que detectou como seu «ponto fraco» precisamente a falta de vontade, ou então uma «vontade inibidora», puramente «intelectual», sem «acção» a prolongá-la, que descreveu em 1919 no rascunho de uma carta (nunca remetida...) a dois psiquiatras franceses.⁴⁴ Da permanência do que poderíamos chamar essa *volontade*, até à morte, dá testemunho uma carta a Tomás Ribeiro Colaço, de 10 de Outubro de 1935, em que Pessoa patenteia esse seu traço caracterológico: «O facto é que, desde o ano passado, tenho estado sob o influxo de esta-

⁴⁰ Cf. a este respeito o nosso ensaio «Poética e Política em Fernando Pessoa», in *O Heterotexto Pessoaano*, Lisboa, 1985, pp. 53 e segs.

⁴¹ Cf. prefácio a *Poesias de Fernando Pessoa*, Lisboa, Ática, 1942, e *Sobre as «Obras Completas» de Fernando Pessoa*, apêndice a *Cartas de Fernando Pessoa a João Gaspar Simões*, ed. cit., p. 156.

⁴² Vide «Nota Filológica Preliminar» a esta edição de *Mensagem*.

⁴³ Como escreve Roger Laufer, «a última vontade deixou de ser universalmente reconhecida desde o início do século» (*Introduction à la Textologie*, Paris, 1972, p. 19). Um tal argumento só poderia, segundo este especialista da textologia, ser alegado, na devida altura, pelos herdeiros do autor: «a noção de última vontade não tem qualquer sentido objectivo senão de ordem legal e não poderá ser estendida para além do prazo de aplicação previsto pela lei» (*Idem, ibidem*).

⁴⁴ *Páginas Íntimas e de Auto-interpretação*, ed. cit., pp. 71-72.

dos nervosos de diversas formas e feitios, que por um largo período me arrancaram da vontade até o desejo de não fazer nada».⁴⁵

Na sua fase terminal, o poeta ressentia, ainda e sempre, irremediavelmente, a inanidade da sua demanda infinita de uma obra a perfazer, de que não restariam senão os fragmentos, os rastros intermitentes de um percurso interrompido, como se lê num poema de Álvaro de Campos de 12 de Setembro de 1935, já muito perto do fim:

Tudo interstícios,
Tudo aproximações,
Tudo função do irregular e do absurdo.
Tudo nada.⁴⁶

A obra pessoana ficaria na verdade marcada por essa sensação de uma textualidade intersticial, aproximativa, que o poeta melhor do que ninguém soube exprimir através dos heterónimos, semi-heterónimos e ortónimos. O estado dispersivo em que a deixou exige que sejamos nós, *a posteriori*, a tentar reconstituí-la, na sua totalidade potencial, em última instância impossível, dando-lhe, para lá da sua irregularidade, um sentido, que seria sempre provisório.

Esse trabalho está em curso, por assim dizer, desde a morte de Pessoa, tendo passado por diferentes etapas e implicado, além dos resultados positivos, muitos erros e não poucas confusões, que deram origem a inúmeras polémicas, esclarecedoras ou equivocadas. Todas as contribuições sobrevindas, qualquer que seja a sua origem e quaisquer que sejam os seus objectivos, foram e são entretanto úteis, desde as dos pioneiros as dos actuais estudiosos, que multiplicam os seus esforços heurísticos e hermenêuticos.

O denso e precioso «Esboço de uma Bibliografia», publicado em 1983 por José Blanco, dá uma ideia da bibliografia activa e passiva do poeta.⁴⁷ De então para cá, essa bibliografia aumentou significativamente, como o mostrará sem dúvida uma futura reedição desse imprescindível instrumento de trabalho dos investigadores pessoanos.

O seu primeiro mérito foi, de resto, o de ter posto em causa o mito de que Fernando Pessoa era um autor maldito e desconhecido quando da sua morte. Com efeito, como o releva José Blanco, desde a sua estreia na revista *A Águia*, órgão do movimento da «Renascença Portuguesa», do Porto, em Abril de 1912, com o seu célebre artigo sobre «A Nova Poesia Portuguesa sociologicamente considerada», até aos últimos textos saídos no mês da sua morte, em Novembro

⁴⁵ *Páginas Íntimas e de Auto-interpretação*, ed. cit., p. 81.

⁴⁶ *Obra poética*, ed. cit., p. 333.

⁴⁷ José Blanco, *Fernando Pessoa – Esboço de uma Bibliografia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

de 1935, na revista *SW-Sudoeste*, dirigida por Almada Negreiros –«Nós, os de *Orpheu*» e «Nota ao Acaso», esta assinada por Álvaro de Campos–, Pessoa publicou nada menos de 299 textos poéticos e 132 textos em prosa, o que constitui, só por si, um *corpus* considerável.⁴⁸ Esses textos foram disseminados por revistas ou jornais a que esteve directamente ligado ou que lhe solicitaram colaboração,⁴⁹ para além do livro em português e dos «folhetos» em inglês referidos, bem como de algumas outras brochuras avulsas com escritos de intervenção política, ética ou social.⁵⁰ Sem esquecer as traduções de e para a sua segunda língua de adopção, nem os poucos poemas em francês que fez questão em publicar, mostrando assim ser não apenas um escritor bilingue perfeito mas também um escritor potencialmente plurilingue.⁵¹ Já através da diversidade dos discursos heteronímicos Pessoa tinha aliás revelado a sua vocação para o pluralismo das linguagens, mesmo na sua língua pátria o que o torna um exemplo privilegiado de *logoteta*, na acepção que a termo deu Roland Barthes.⁵²

Se não corporizou nem podia corporizar em vida a sua apetência insaciável de uma obra proliferante, o poeta traduziu entretanto esse desejo sempre latente e em acto na multiplicação de projectos, planos, títulos que se sucederam e se foram transformando ou mudando de caracterização.⁵³ Esse processo confundeu-se, geneticamente, com a própria expansão da galáxia heteronímica. Por isso Pessoa fala, com propriedade, de «pessoas-livros», ao imaginar os volumes em que tal obra se corporizaria, num manuscrito datado provavelmente de 1930, onde os visualiza como «capas destes meus livros de outros». ⁵⁴ E num dactiloscrito do mesmo ano, que aparece como o prefácio a uma edição projectada das suas obras heterónimas, ele esclarece o sentido destas: «A cada personalidade mais demorada, que o autor destes livros conseguiu viver dentro de si, ele deu uma índole expressiva, e fez dessa personalidade um autor, com um livro, ou livros, com as ideias, as emoções, e a arte das quais, ele, o autor real (ou porven-

⁴⁸ José Blanco empreendeu a publicação da tradução francesa desse *corpus* em *Oeuvres complètes de Fernando Pessoa*, Paris, La Différence, 1988.

⁴⁹ Cf. inventário analítico de Clara Rocha nesta edição, *infra*.

⁵⁰ Essas brochuras foram as seguintes: *Ultimatum*, de Álvaro de Campos, sep. de *Portugal Futurista*, Lisboa, 1917; *Aviso por causa da Moral*, de Álvaro de Campos, Tipografia do Anuário Comercial, «Europa, 1923»; *Sobre um Manifesto de Estudantes*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1923; *O Interregno, Defesa e Justificação da Ditadura Militar em Portugal*, Lisboa, Núcleo da Acção Nacional, 1923; *A Maçonaria vista por Fernando Pessoa*, Lisboa, sem indicação de editor e s.d., 1935.

⁵¹ Dos poemas estrangeiros de Fernando Pessoa publicados em vida, 54 são em inglês e 3 em francês, estes últimos saídos na revista *Contemporânea*, vol. III, n.º 7, de Janeiro de 1923.

⁵² *Sade, Fourier, Loyola*, Paris, 1971.

⁵³ Cf. Teresa Sobral Cunha, «Planos e Projectos Editoriais de Fernando Pessoa: uma Velha Questão», in *Revista da Biblioteca Nacional*, série 2, vol. 2, n.º 1, Junho de 1987.

⁵⁴ *Páginas Íntimas e de Auto-interpretação*, ed. cit., p. 101.

tura aparente, porque não sabemos o que seja a realidade), nada tem, salvo o ter sido, ao escrevê-las, o médium de figuras que ele próprio criou». ⁵⁵

O plano de publicações nesse texto esboçado e apresentado como provisório –já que o poeta, como era seu costume, o colocou sob a cláusula prudente de um «por enquanto»– é indissociável das ficções heteronímicas que Pessoa, posta de lado a hipótese de publicação *anónima* das obras respectivas, resolveu assumir. ⁵⁶ O título de *Ficções do Interlúdio* que em carta de 28 de Julho de 1932 a João Gaspar Simões se propôs adoptar para a edição do conjunto das obras dos heterónimos, é a este respeito sintomático, embora o poeta admitisse então que algo de «melhor» lhe poderia ainda vir a ocorrer. ⁵⁷ Com razão pois Maria Aliete Galhoz, na edição da *Obra Poética* que organizou para a Aguilar, o adoptou. ⁵⁸ Já as edições da Ática, da responsabilidade do destinatário da carta citada, o esqueceram. ⁵⁹

Fernando Pessoa parecia entretanto hesitar entre consagrar um volume das *Ficções do Interlúdio* a cada heterónimo, o que facilitaria à primeira vista a sua individualização, e enfeixar em certos volumes produções de todos eles, o que permitiria detectar as respectivas diferenças, a partir do seu confronto. ⁶⁰ Essa hesitação dá conta, repare-se, da estrutura poetodramática da obra heteronímica, cujo contraponto dialógico se exprimiria editorialmente. ⁶¹

Na mesma carta a João Gaspar Simões que temos vindo a referir e que, apesar de contraditória, é fundamental para a análise da evolução dos projectos pessoanos, encontramos o que o poeta chama o plano originário das suas edições: «Primitivamente, era minha intenção começar as minhas publicações por três livros, na ordem seguinte: (1) *Portugal*, que é um livro pequeno de poemas (tem 41 ao todo), de que o *Mar Português (Contemporânea)* é a segunda parte; (2) *Livro do Desassossego* (Bernardo Soares, mas subsidiariamente, pois

⁵⁵ *Páginas Íntimas e de Auto-interpretação*, ed. cit., pp. 95-96.

⁵⁶ Cf. *idem*, p. 99: «Pensei, primeiro, em publicar anonimamente, em relação a mim, estas obras, e, por exemplo, estabelecer um neo-paganismo português, com vários autores, todos diferentes, a colaborar nele e a dilatá-lo. Mas, sobre ser pequeno de mais o meio intelectual português, para que (mesmo sem inconfidências) a máscara se pudesse manter, era inútil o esforço mental preciso para mantê-la».

⁵⁷ *Cartas de Fernando Pessoa a João Gaspar Simões*, ed. cit., p. 92.

⁵⁸ Cf. ed. cit., p. 710.

⁵⁹ Jorge Nemésio nota que o título de «Ficções do Interlúdio» aparecia já num poema de 1909, voltando a aparecer em 1919. *A Obra Poética de Fernando Pessoa*, Salvador, 1958, p. 34.

⁶⁰ Veja-se a oscilação de Pessoa, desde logo, quanto ao volume inicial das *Ficções do Interlúdio*. O poeta ora escreve: «Assim, o título do primeiro volume seria, pouco mais ou menos: *Fernando Pessoa – Ficções do Interlúdio – I. Poemas Completos de Alberto Caeiro (1889-1915)*»; ora afirma, corrigindo-se: «O mais provável, aliás, com respeito ao primeiro livro dos heterónimos, é que o faça conter, não só o Caeiro e as *Notas* do Alvaro de Campos mas também uns 3 ou 5 livros das *Odes de Reis*». *Cartas de Fernando Pessoa a João Gaspar Simões*, ed. cit., p. 92.

⁶¹ Cf. o nosso livro *Fernando Pessoa ou o Poetodrama*, ed. cit., p. 7.

que o B.S. não é um heterónimo, mas uma personalidade literária); (3) *Poemas Completos de Alberto Caeiro* (com prefácio de Ricardo Reis, e, em posfácio, as *Notas para a Recordação* do Álvaro de Campos). Mais tarde, no outro ano, seguiria, só ou com qualquer outro livro, *Cancioneiro* (ou outro título igualmente inexpressivo), onde reuniria (em livros I a III ou I a V) vários dos muitos poemas soltos que tenho, e que são por natureza inclassificáveis salvo de essa maneira inexpressiva.⁶²

Apesar de, uma vez mais, Pessoa designar a sua «intenção» como sendo «possivelmente provisória», a verdade é que afirma, na mesma carta, que *Portugal* está «quase pronto», tendo segundo ele «possibilidades de êxito que nenhum dos outros tem».⁶³ Tudo parecia pois indicar que o estado de acabamento iminente do livro iria conduzir à sua publicação, mesmo se, posteriormente a ela, Pessoa insistia ainda, em jeito de desculpa sibilina, na carta de 13 de Janeiro de 1935 a Adolfo Casais Monteiro, atrás citada, não ter sido essa a sua prioridade das prioridades...⁶⁴ O que é certo é que –«acaso» ou desígnio superior do «Grande Architecto»– o livro ficou mesmo «prompto», segundo o poeta, em Setembro de 1934, sendo «composto e impresso» em Outubro, como consta de resto do colofão, e vindo a ser distribuído simbolicamente, por decisão do autor, em 1 de Dezembro do mesmo ano. A sua apresentação ao Prémio Antero de Quental, que lhe foi atribuído nas «condições especiais» conhecidas, ao lado do livro *Romaria*, do Padre Vasco Reis, em 31 de Dezembro de 1934, confirma a assunção pública das responsabilidades autorais por parte de Pessoa, com as sequelas polémicas inevitáveis.⁶⁵ O feitiço do ineditismo da obra poética em português e em livro, até aí cultivado pelo poeta, estava quebrado, para o bem ou para o mal...

Fernando Pessoa dá-se conta de que, uma vez iniciada a publicação da sua obra, se impunha logicamente continuá-la, quaisquer que fossem os seus escrúpulos. E a verdade é que, na carta subsequente a Adolfo Casais Monteiro, de 20 de Janeiro de 1935, lhe anuncia a edição de um «livro grande», com a sua «vasta extensão autonyma», para Outubro desse ano.⁶⁶ Desse livro a *Mensagem* seria a «faceta subsidiária», o que mais uma vez comprova a sua relação íntima com o resto da poesia ortónima, nomeadamente a esotérica. Pessoa reafirma assim a prioridade que atribui à obra ortónima relativamente a heterónima,

⁶² *Idem*, p. 93.

⁶³ *Idem*, p. 93.

⁶⁴ *Cf.* supra, nota 27.

⁶⁵ Sobre o livro que foi seu concorrente, tendo recebido o prémio da «categoria a» –por uma questão de número de páginas– publicou Fernando Pessoa um artigo, de tom ironicamente elogioso, no *Diário de Lisboa* de 4 de Janeiro de 1935. *Cf.* *Páginas de Doutrina Estética*, selecção, prefácio e notas de Jorge de Sena, Lisboa, 1946, p. 247.

⁶⁶ *A Poesia de Fernando Pessoa, op. cit.*, pp. 244 e segs.

explicitando na referida carta, no seu estilo pleno de cláusulas e subentendidos: «Se quizer realmente publicar o Caeiro, o Ricardo Reis e o Álvaro de Campos, posso fazê-lo imediatamente. Succede, porém, que receio a nenhuma venda de livros desse género e typo. A hesitação está só ahi. Quanto ao livro grande de versos, esse, como qualquer outro, tem desde já a publicação garantida. Se penso mais nesse do que noutro, é que acho mais vantagem mental na publicação d'elle, e, apesar de tudo, menos risco de inexistência na sua edição».⁶⁷ Dessa intenção proclamada perante o seu confider epistolográfico não permitiriam os deuses, ou o destino que acima deles paira, no dizer do poeta, a sua concretização. No dia 30 do mesmo mes de Outubro em que deveria aparecer a «vasta extensão autonyma» Pessoa escreveria, como vimos, uma derradeira e inacabada carta a Adolfo Casais Monteiro, em que lhe anunciava a «decisão» de abster-se de «dar colaboração para a *presença*, ou para qualquer outra publicação aqui do paiz, ou de publicar qualquer livro».⁶⁸ Pois não tinha Salazar imposto, além da censura negativa, a censura positiva, num discurso feito em 21 de Fevereiro desse ano, por ocasião da distribuição de prémios do Secretariado da Propaganda Nacional? «Isso quer dizer, supponho –escreve Pessoa a Casais Monteiro–, que não poderá haver legitimamente manifestação literária em Portugal que não inclua qualquer referência ao equilíbrio orçamental, à composição corporativa (também não sei o que seja) da sociedade portuguesa e a outras engrenagens da mesma espécie».⁶⁹ Curiosamente, o poeta deixou-nos um poemeto manuscrito, datado de uma semana a seguir a esta carta, em que exemplifica ironicamente essa injunção...⁷⁰

Menos de um mês depois, a morte vinha selar, inexoravelmente, a sua remissão ao silêncio editorial. A obra inédita de Pessoa, como um iceberg, apenas mostrava ainda a sua ponta visível, estando reservada à posteridade a sua descoberta e publicação, que mesmo aos baldões das vagas e do sargaço vão fazendo emergir pouco a pouco, em «pessoas-livros», os textos fragmentários, à deriva, num vaivém incessante.

Aos editores de Pessoa, cuja azáfama nem sempre é sinónimo de rigor e de humildade perante a sua obra, que devem servir sem dela se servirem, cabe enfim, agora que ela entrou no domínio público, e passado o momento alto do centenário do poeta, restituí-la ao seu *corpus vivo*, reconstituindo criticamente a sua génese, isto é, perfazendo-a de novo através da leitura, que é o outro lado da escrita. Como disse lapidarmente Louis Hay, acerca do nascimento do texto, «entre a liberdade da escrita e a da leitura, estabelece-se uma relação que não

⁶⁷ *Idem, ibidem.*

⁶⁸ *Cf. Supra*, nota 36.

⁶⁹ Carta citada, de 30 de Outubro de 1935, in *A Poesia de Fernando Pessoa, op. cit.*, pp. 250-251.

⁷⁰ *Cf.* «Poema de Amor em Estado Novo», in *Fernando Pessoa, o Último Ano, op. cit.*, pp. 134-138.

está nunca ganha, mas também nunca perdida: é provavelmente por isso que a literatura existe».⁷¹

É entre essas duas liberdades que esta edição crítica da *Mensagem* e dos poemas esotéricos de Fernando Pessoa se inscreve. Ela foi o fruto da colaboração de alguns estudiosos pessoanos, cujos nomes aqui comparecem e cuja colaboração queremos agradecer, pela sua probidade, lealdade e competência, cada qual no seu campo de especialização própria.⁷²

⁷¹ *La Naissance du Texte*, Paris, José Corti, 1988, p. 20.

⁷² Por respeito do texto de cada autor, reproduzimos tais quais as suas citações e respectivas fontes editoriais, razão pela qual as transcrições da *Mensagem* e dos *poemas esotéricos* apresentam, por vezes, diferenças relativamente à nossa *lectio*.